



Da Linguística Formal à Análise do Discurso: um breve percurso teórico

Felipe Barbosa Dezerto (UFF)

RESUMO: Este artigo pretende percorrer um breve percurso (mas não o único) dos estudos da Linguística formal até a Análise do Discurso (Pêcheux). Objetivo os caminhos teóricos que levam ao quadro epistemológico da Análise do Discurso, passando: i) pela Linguística enquanto ciência da linguagem, ii) por Benveniste e sua teoria da enunciação, iii) por Lacan e sua releitura de Freud sobre a subjetividade, para chegar ao lugar da Análise do Discurso. Como resultado desse percurso, pode-se afirmar que a Análise do Discurso, bebendo de fontes epistemológicas variadas, se situa num lugar de entremeio, ou seja, não simplesmente toma conceitos de outras áreas, mas os ressignifica para a formação de seu quadro teórico.

Palavras-chave: sujeito; linguagem; discurso

Introdução

Nessas reflexões farei uma breve visita à Linguística, mais especificamente ao que se refere aos fundamentos que a inauguram enquanto ciência piloto das ciências humanas, para chegar à análise do discurso enquanto disciplina de entremeio, passando pelas contribuições de Benveniste e sua teoria da enunciação e por uma teoria psicanalítica de subjetividade de base lacaniana. Trago à discussão lugares teóricos que, de certa maneira, fornecem as bases epistemológicas da Análise do Discurso, refletindo sobre os deslocamentos por ela promovidos.

Essa disciplina, se constituindo não simplesmente como uma teoria interdisciplinar, busca seus fundamentos em outras áreas de conhecimento, como dito, para a construção de seu quadro epistemológico, promovendo uma releitura de conceitos trazidos: a) da Linguística, no que diz respeito à análise dos mecanismos de enunciação; b) de uma teoria materialista das formações sociais e suas transformações, com base nos trabalhos de Marx; c) de uma teoria do discurso, que pode ser entendida como uma semântica de base materialista, não ocultando o atravessamento dessas três áreas por uma teoria da subjetividade de base lacaniana.

É, então, a partir dessas bases epistemológicas que me volto para a reflexão sobre os conceitos de sujeito e língua(gem) da Linguística até a Análise do Discurso.

1. Sujeito e linguagem: um breve panorama da Linguística

Para chegarmos ao nosso ponto pretendido optamos por passar por outros estudos que se fazem necessários, uma vez que são basilares para os estudos de linguagem, além de configurarem um caminho teórico (mas não o único) que nos permite refletir sobre as noções de subjetividade e linguagem neste trabalho que aqui é desenvolvido.

1.1. Saussure e a fundação da Linguística moderna

O Curso de Linguística Geral procura delimitar o objeto de estudo da Linguística, e dessa maneira, estabelece uma noção de língua que rompe com uma tradição histórico-comparativa de estudos de linguagem e inaugura uma cientificidade, nos moldes positivistas, para a Linguística moderna colocando-a como ciência piloto das ciências humanas. Colocando a língua num campo marcado por dicotomias, Saussure pretende uma definição autônoma do que deve ser essa língua para a Linguística, delimitando o campo de atuação desta última e separando o objeto da Linguística das outras ciências sociais. Essa delimitação passa pelo reconhecimento e pelo estabelecimento de uma dualidade no campo da língua, mas ao mesmo tempo, um (re)corte dessa noção de língua a fim de solucionar o dilema das dicotomias. Assim, as duplas faces da língua criariam entre si uma relação de interdependência em que uma não existiria sem a outra.

Dessa forma, chega-se à separação entre língua e linguagem, visando ao estabelecimento do objeto da Linguística. Segundo esse princípio, a língua

não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela (...). É ao, mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (...). A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. (SAUSSURE, 2006, p. 17)

Segundo, então, esse caminho de separação do que é da ordem da língua e o que não é, Saussure estabelece ainda a distinção entre língua e fala. Para ele, a língua não é uma função de cada falante, mas algo que existe socialmente e independente da premeditação ou reflexão para a expressão de uma ideia. A língua precede a fala na medida em que ela é uma instituição social, de ordem própria, que acontece em determinada comunidade linguística e os indivíduos dessa determinada comunidade a assimilam passivamente. A fala, por sua vez, configura um ato individual que manifesta um intento comunicativo por parte do falante; ela é a realização da língua pelo falante, a colocação em prática do código que é socialmente compartilhado, ou ainda, segundo Saussure, o mecanismo psico-físico que permite ao falante exteriorizar essas combinações.

Desfazendo a noção de que a língua seria uma nomenclatura, ou seja, uma lista de palavras que dão nome às coisas do mundo, desenvolve-se a noção de signo linguístico. Afirma-

se, então, que “o signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p. 80). A língua deixa, então, de etiquetar as coisas do mundo e passa a uma instância psíquica, no que diz respeito ao som e também em relação ao conceito. Entender a afirmação de que o signo possui um lado denominado imagem acústica nos remete mais uma vez ao entendimento do que está sendo chamado de psíquico em relação ao som. Os falantes, ao produzirem os sons da língua, não são capazes de uma execução idêntica desses sons. Mas o que permitiria um reconhecimento mútuo desses sons como sendo uma mesma unidade fônica? Recorremos ao conceito de imagem acústica para entender os fonemas como representações psíquicas dos sons da fala; são a imagem sensorial que temos da produção física do som. O que se está afirmando é que se criam psiquicamente representações dos sons fazendo que, mesmo que foneticamente não sejam iguais, possa haver um mecanismo psíquico que permite o reconhecimento desses sons em torno de uma mesma unidade da língua, os fonemas.

Os signos lingüísticos, essas unidades da língua compostas pelo que se chama significante e significado, possuem algumas propriedades que lhes são características. A saber: 1) Os signos são arbitrários, ou seja, não há relação de motivação entre o significante e o significado, nada que motive a relação entre a imagem acústica e o conceito ao qual ela remete; 2) Os significantes têm caráter linear. Uma vez que é de natureza auditiva, o significante possui uma dimensão, ou seja, ele se propaga no tempo e no espaço de maneira linear; 3) Os fonemas, sendo unidades mínimas da língua, não podem ser pronunciados ou percebidos pela audição senão de maneira também linear, uma unidade após a outra e seus elementos formam uma cadeia; 4) Os signos são imutáveis. A associação significante/significado não pode ser desfeita ou mudada pela vontade individual. O signo, instância coletiva, por isso social, fica ligado em suas unidades em determinado momento e é passado de geração em geração como uma instituição social. Além disso, o caráter de fixidez, de sistematicidade da língua se deve ao fato de que ela está presa ao tempo.

Parece interessante também mencionar, mesmo que brevemente, a noção de valor tal qual elaborada por Saussure. No interior do sistema lingüístico, a significação se estabelece devido ao seu caráter relacional com as outras unidades do sistema. Isso equivale afirmar que um elemento do sistema adquire valor justamente porque pertence ao sistema, ou seja, é porque estabelece relação com os outros elementos do sistema que um elemento ganha seu valor, ou ainda, “o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p. 133). O valor, então, não se confunde com a significação (apesar da sutileza semântica entre esses dois conceitos) visto que quando se diz que os valores correspondem a conceitos, afirma-se que são de caráter diferencial, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. (cf. SAUSSURE, 2006, p. 136).

Esse entendimento de valor contraria, mais uma vez, a noção de língua enquanto nomenclatura, visto que o sentido passa para o interior do sistema e ganha forma por seu valor diferencial em relação aos outros elementos do mesmo sistema. Dito de outra forma, um signo é o que o outro signo não é na totalidade do sistema lingüístico.

Além dos estudos saussurianos, os estudos sobre a enunciação também marcam a trajetória dos estudos lingüísticos. Passemos brevemente por esse ponto.

1.2. Benveniste e o sujeito da enunciação

Primeiramente, cabe uma reflexão que visa desfazer o entendimento de linguagem como instrumento de comunicação. Sobre o termo “instrumento”, a crítica que pode ser feita recai sobre as implicações e consequências que tal denominação de linguagem encerra. Um instrumento é algo que o homem constrói e emprega com a finalidade de realizar alguma tarefa. O martelo, a faca, etc., são instrumentos usados pelo homem. Considerar que a linguagem está no mesmo patamar desses instrumentos é dizer que em um dado momento, um homem ideal e completo estabeleceu como interlocutor outro homem ideal e completo para a fabricação da linguagem, que passou então a ser usada como instrumento de comunicação. Tal concepção não parece conveniente uma vez que ela provoca uma separação entre o homem e a natureza. Como se a linguagem fosse algo que esse homem onipotente pudesse manipular e instrumentalizar.

Contrariamente a essa concepção de linguagem, Benveniste aponta para o fato de que não pode haver separação entre o homem e natureza, na medida em que não há um homem anterior ou exterior à natureza. Não há homem separado da linguagem como se separa o homem do instrumento que ele fabrica. Sobre a questão, Benveniste afirma: que “falar de instrumento, (sic) é por em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou (...) Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Nesse sentido, é na linguagem que a própria noção de homem aparece, sem que possa haver separação que coloque o homem em qualquer lugar que seja exterior a linguagem.

Avançando ainda na relação linguagem/homem, Benveniste parte para a compreensão de como a subjetividade se efetua na linguagem. Para tanto, parece-nos necessário pensar a afirmação de que “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. (idem, p. 286)

Benveniste define subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como sujeito”. Dessa forma, uma primeira concepção de subjetividade é desfeita. Não se trataria do sentido senso comum de subjetividade, ou seja, o das impressões ou sentimentos individuais sobre determinada experiência, por isso subjetiva, mas seria “a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem” (ibidem). Assim, falar em subjetividade em Benveniste passa pela compreensão do funcionamento de uma propriedade da linguagem, ou seja, pelo funcionamento de linguagem que faz com que “ego” diga “ego”. Dizer “eu”, então, é um trabalho de linguagem cujas propriedades nos possibilita entender como a própria subjetividade se define e se processa.

Benveniste aponta para o fato de que a consciência de si se faz dependente de uma segunda pessoa, ou seja, para que se diga “eu” é preciso que haja um outro, um “tu” que se põe no outro extremo da interlocução, possibilitando a própria interlocução. Essa seria a condição para o diálogo. O diálogo, então, seria a condição para a pessoa e implicaria necessariamente reciprocidade. Isso equivale afirmar que essa reciprocidade provoca um efeito de reversibilidade de pessoa na interlocução: o “eu” pode se tornar “tu” e vice-versa. Essas categorias de pessoa apontam para a própria possibilidade da linguagem, que só é possível porque cada locutor pode se apresentar como sujeito, fazendo referência a ele mesmo no seu discurso. Essa propriedade, a de dizer “eu” e conseqüentemente “tu”, é a base da linguagem fazendo cair por terra até mesmo a noção de linguagem enquanto comunicação. Nesse sentido, antes de comunicar é preciso que um sujeito se proponha como tal pela categoria de pessoa e, por sua vez, estabeleça uma segunda

pessoa dentro de um quadro reversível de pessoas. Essa seria a propriedade primeira da linguagem. E a comunicação, enquanto transmissão de uma mensagem, funciona como uma consequência, e só é possível porque sujeitos já se propuseram como “eu” e “tu”. Vale mencionar que não há, portanto, uma simetria no que diz respeito às pessoas do diálogo. Apesar de serem pessoas complementares e uma não existir sem a outra, existe uma supremacia da primeira pessoa em relação à segunda. Segundo Benveniste (2005, p. 286), “ego” tem sempre uma posição de transcendência em relação a “tu”. Tal afirmação traz como consequência o fato de que é em torno da primeira pessoa que o discurso se organiza, ou seja, a própria proposição como “eu” organiza em torno dessa primeira pessoa todo seu discurso. Isso faz com que a organização da linguagem, por sua vez, seja marcada pela subjetividade.

Faz parte dessa organização da linguagem pela subjetividade a classe dos pronomes pessoais, que não se confundem com os outros signos da língua uma vez que não são lexicais, como os conceitos que são englobados pelos lexemas da língua. O pronome pessoal também não poderia funcionar na identificação de cada indivíduo separadamente, pois haveria uma incongruência no próprio funcionamento do pronome. Como poderia ele se referir indiferentemente a qualquer indivíduo e particularizar esse indivíduo? Por essa razão, a classe dos pronomes escapa ao funcionamento de todos os outros signos da língua (que possuem um referente). O “eu”, nesse sentido, se refere

A algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: “eu” se refere ao ato individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual “eu” designa o locutor que este se enuncia como sujeito. (Benveniste, 2005, p. 288)

Chegamos assim a uma compreensão mais clara de como a subjetividade organiza a linguagem. É na instância do discurso que o sujeito se marca, ou seja, é colocando a língua em funcionamento que o indivíduo se constitui como sujeito e como sujeito do seu discurso, dando prosseguimento a um domínio de atualização da linguagem; é pondo a língua em funcionamento que “ego” pode dizer “ego”.

Essa marcação do sujeito na linguagem tem como principal ponto de apoio os pronomes pessoais. A partir deles, as outras classes se ordenam. As relações espaço-temporais também se organizam a partir da marcação na linguagem do sujeito. É o que se chama de dêixis, ou seja, as relações que a enunciação estabelece com o próprio espaço-tempo da enunciação. Relação esta que se processa somente em referência ao sujeito que enuncia, deixando aparecerem, no discurso, marcadores espaço-temporais, ou dêiticos, (amanhã, isso, semana que vem...). Os elementos dêiticos só significam e se definem na medida em que essas formas se atualizam em referência a um sujeito que põe a linguagem em funcionamento, o sujeito da enunciação.

Dessa maneira, o que torna possível a comunicação humana é primeiramente a propriedade da linguagem de dar lugar à subjetividade, ou seja, é porque o locutor pode primeiramente se propor como sujeito na instância do discurso que a comunicação é possível.

A partir dessas reflexões, podemos chegar aos conceitos de enunciação e enunciado. A enunciação está para o ato individual de colocação da língua em funcionamento promovendo uma atualização permanente, na instância do discurso, das marcas linguísticas que giram em torno do *eu*, *aqui*, *agora*, e do próprio *eu* que enuncia. O enunciado, por sua vez, é o formulado na língua,

é a estrutura linguística, é a sequência linguística que só ganha forma (ou se atualiza) quando colocada em funcionamento por um sujeito, que passa a ser o eixo em torno do qual se organizam as referências de pessoa, tempo e espaço.

Esse breve percurso funciona como uma ponte que nos leva para outro lugar de estudos da linguagem. Para entendermos que lugar é esse, retomemos alguns dos conceitos apresentados anteriormente para refletirmos sobre o corte epistemológico que inaugura a Análise do Discurso.

2. A semântica e o corte saussuriano

Como já dissemos, deve-se a Saussure a primeira separação teórica entre língua e linguagem, estabelecendo as especificidades da língua e colocando-a como objeto da Linguística. Porém, nesse momento, o que se pretende é tomar a ruptura de Saussure ao avesso, no sentido de que se pretende levar a Linguística para fora de seu campo de atuação de ciência piloto das ciências humanas, ou seja, se pretende trabalhar nas contradições da Linguística de Saussure. Se por um lado Saussure pode estabelecer, no que se refere à língua, os campos de estudo da fonologia, da morfologia e da sintaxe, por outro, a semântica passa a ser vista de uma perspectiva bastante tradicional, e é colocada em lugar menos prioritário no campo de atuação dos linguistas.

Para iniciarmos nossas reflexões sobre as contradições do *Curso de Linguística Geral*, comecemos pela oposição significação/valor. Para falarmos de valor, retomemos a noção de analogia. Segundo esse princípio, as formas da língua se compõem e se mantêm dentro de um processo análogo de formação das unidades linguísticas (ex: casa – caseiro; cinza – cinzeiro, etc). Para Saussure, a língua seria gramatical dentro desse princípio da analogia, ou seja, haveria uma manutenção das formas linguísticas porque elas se refazem a todo tempo. Porém, Saussure, acrescenta a aparição de novas unidades por esse princípio analógico. Dessa maneira, novas formas linguísticas apareceriam diacronicamente em referência a antigas formas. Essa afirmação nos coloca uma questão sobre a criatividade/sistematicidade dentro da língua. Lembramos que o que é criativo diz respeito à *parole*, enquanto que o que é sistemático diz respeito à *langue*. O que nos é colocado para reflexão é: se a analogia é o princípio que une os elementos do sistema, fazendo com que ele seja gramatical por excelência, como poderia a analogia permitir tais inovações dentro do sistema uma vez que essas inovações não seriam de ordem coletiva, mas sim do funcionamento da *parole*? Nesse ponto, mais uma vez, abre-se uma porta para o sujeito, o individual, que para criar não fica restrito ao gramatical, ou seja, se há na criação analógica um domínio de sentido, a ideia, ele passa a considerar o indivíduo nos processos de manutenção ou formação das unidades do sistema.

Retomemos também as noções de valor e significação tais quais definidas por Saussure. Em seu trabalho, é defendido que, do ponto de vista linguístico, o valor se sobrepõe à significação. O conceito ao qual remete uma imagem acústica só se efetua por seu valor negativo com os outros do sistema. Nesse sentido, pode-se entender em que medida se afirma a supremacia do valor em relação à significação. Esse princípio da subordinação da significação ao valor, mais uma vez, traz como consequências a serem consideradas: i) ele vai ao encontro de uma concepção sistemática de língua, uma vez que o valor é definido dentro do sistema. O sentido também toma proporções de estabilidade e unidade servindo, sob a forma de valor, a um objeto de estudo científicizável na sua natureza, a língua enquanto sistema; ii) mais uma vez o que toca a *parole* e o individual pode ser descartado dos estudos linguísticos visto que deixam de ser sistemáticos. Dessa maneira, descartando da ordem da língua o que é individual e colocando o

sentido como algo estável e definível por sua relação com os outros elementos do sistema, Saussure desconsidera que as palavras podem mudar de sentido de acordo com a posição que as sustenta. Não estaria no sistema, então, o sentido, se a posição de sustentação do dizer pode ser constitutiva do sentido daquilo que é dito. A semântica ganha, assim, um lugar minoritário e fica reduzida em seu campo de estudo.

A abordagem sistêmica e sincrônica da língua desconsidera elementos constitutivos da significação. Os laços que unem a significação e as condições sócio-históricas de produção de um texto não podem ser descartadas de como esse texto produz sentido. Desconsiderando os laços com o extralingüístico, e como no campo da fonologia e da morfologia, Saussure coloca a significação como algo que pode ser decomposto em *traços distintivos*. A significação global seria, então, a soma de *semas* (componentes semânticos), que comporiam a significação. Assim, « c'est le jeu des oppositions entre unités significatives qui fixe l'ensemble des éléments de signification qui peuvent être manifestés » (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1969, p. 99). Mais uma vez, a significação se mostra subordinada à noção de valor, por sua definibilidade por meio da relação com os outros significados do sistema e se reduz a um conjunto de traços (*semas*) que funcionam dentro da língua enquanto sistema.

Tratar da significação dentro de um quadro teórico que subordina a própria significação ao valor acaba por promover uma anulação entre essas noções (significação-valor) fazendo com que a significação se reduza ao aspecto relacional que delimita os próprios limites da significação dentro do sistema. Uma vez colocados dentro do sistema os aspectos que dão conta do sentido (e a própria concepção de língua como sistema), a língua passa a atender a um princípio de unidade que dá a ela uma independência que a faz funcionar por si só. Além disso, esse princípio de unidade faz apagar o caráter ideológico da linguagem, ou seja, faz a língua funcionar isenta das implicações ideológicas inerentes à comunicação, à posição daquele que sustenta o dizer, como se fosse uma unidade e funcionando num lugar de autonomia. Ficam reservados, então, à língua os significados que passam a funcionar como universais semânticos. Uma vez também apagado os aspectos ideológicos da linguagem, essa língua composta por universais semânticos toma efeito de cobrir o mundo, a realidade, como uma rede que se superpõe a essa realidade. É como se houvesse uma correspondência real entre o mundo e as coisas que se dizem do mundo. O sistema linguístico ganha forma de um sistema de representações da realidade.

Tal concepção de linguagem acaba por criar uma língua homogênea, estável, que se deixa analisar em sua unidade e constância de seus processos estruturais. E aquilo que não funciona dentro da estabilidade da língua é colocado de fora dos estudos linguísticos. Cria-se, então, em relação à língua, o que é da ordem de desvio, do fora do padrão, do erro. Contrariamente a essa concepção, Mariani afirma:

Não é de se estranhar, portanto, que haja um certo silêncio nas propostas de análise destas teorias [o estruturalismo pós-saussuriano e a gramática gerativa] sobre fenômenos linguísticos considerados menores – ou desvios do padrão dessa língua modelar, ideal – como o equívoco, o ato falho, o jogo entre o dito e o não dito, as pressuposições, as brincadeiras linguística produzindo efeito de non sense, as ironias, ambigüidades e metáforas. (MARIANI, 1997, p. 15)

O linguístico fica restrito ao que funciona no idealismo da linguagem e não deixa espaço para considerar as situações reais de uso da língua e seu real funcionamento que inclui

necessariamente elementos da ordem do que é considerado exterior à língua(gem). Concordamos mais uma vez com Mariani que

Há ainda outras questões que não se situam apenas na ordem da língua e que são igualmente excluídas: a construção da memória social, a formação da opinião pública, a censura, o senso comum, os modos de (in)determinação na retransmissão do discurso do outro, a interdição de certos enunciados para sujeitos específicos em situações específicas ou a monótona repetição de outros (e não estamos aqui referindo-nos ao clichê), etc . (id. ibd.)

As críticas aqui feitas apontam para as consequências teóricas de um fazer linguístico pós-saussureano. A semântica perde espaço e fica, de certa forma, deixada de lado, uma vez que deixam de ser considerados elementos extralinguísticos que são constitutivos dos processos de significação.

Mas não basta apontar as contradições e as consequências teóricas de uma abordagem de linguagem sem se propor algo que o valha. Também não se trata puramente de uma superposição de quadros teóricos ou de uma substituição de objetos de estudo. O que se propõe aqui é mesmo uma ruptura com um fazer científico nos moldes do empirismo, enquanto ancora que prende a problemática do sujeito ao indivíduo, e do formalismo, que toma o sistema linguístico como objeto de estudo. Essa ruptura pressupõe um aporte para os estudos da linguagem de elementos que, a princípio, não pertenceriam a esse campo de estudo. Também não se trata de uma junção de conceitos interdisciplinarmente. Para entendermos o que propõe uma teoria que visa um entendimento da semântica enquanto processo discursivo de produção de sentido deve-se atentar para o que significa afirmar uma disciplina de entremeio nos estudos de linguagem.

3. De Saussure a Lacan: breves considerações sobre língua e sujeito em Psicanálise.

Em momento anterior deste trabalho, pudemos refletir sobre a contribuição saussuriana para o surgimento da Linguística como ciência da linguagem. Neste momento, mais uma vez retomo Saussure para pensar suas contribuições para uma teoria da subjetividade de base lacaniana, passando pelos deslocamentos promovidos pela releitura de Lacan da obra de Saussure, em outras palavras, pretende-se mostrar uma possível comunicação entre Linguística e Psicanálise.

Essa possível comunicação que aqui se afirma se deve ao fato de que Lacan toma por empréstimo conceitos da obra saussuriana para a elaboração de seu aparato teórico. Pode-se dizer que a visão sincrônica de língua inaugura na Linguística o estruturalismo nos estudos sobre a língua. Segundo Dor (1989, p. 26), a significação passa a ser dependente de leis de equilíbrio ligadas diretamente à sincronia. O trabalho de Lacan se centra na aplicação do estruturalismo no campo da Psicanálise, no entendimento do funcionamento estrutural de fenômenos de linguagem, estabelecendo uma ligação à estruturação do inconsciente também como estrutura. Sobre a questão, Dor (id. ibid., p.27) afirma que a “noção de estrutura só é central na obra de Lacan na medida em que ela é constantemente referenciada à estrutura da linguagem”. Mas é preciso especificar as modalidades desses empréstimos, uma vez que os conceitos em Lacan não correspondem exatamente ao que postula Saussure.

É atribuída a Saussure a elaboração do conceito de signo linguístico como uma unidade sincrônica do sistema que se compõe de um significado e de um significante, unidos indissociavelmente.

Lacan parte do algoritmo saussuriano (significado sobre significante) para promover deslocamentos importantes. Vamos, então, apontando os pontos trabalhados por Lacan, a partir do legado saussuriano, para a construção do quadro teórico da Psicanálise lacaniana.

O primeiro deles diz respeito à própria teoria como um todo. Saussure teria elaborado uma teoria do signo linguístico. Em Lacan, temos não uma teoria do signo, mas uma teoria do significante, que se sobrepõe aos demais elementos constituintes do sistema.

Em Saussure, postula-se que em dado momento histórico, abordagem sincrônica, a união entre significante e significado tem a propriedade da indissolubilidade, ou seja, uma ligação unívoca entre significado e significante. Para Lacan, não há indissolubilidade possível, o que há é cadeia significante, que se coloca de forma hierarquizada em relação aos outros elementos. A cadeia significante, uma vez desfeita a indissolubilidade do signo, ganha autonomia em relação ao significado, funcionando para outro significante, num deslizar que não dá espaço ao isomorfismo saussuriano, ou seja, a delimitação do significante delimita também o significado, ficando atrelado a ele sem possibilidade de deslocamento. Enquanto Saussure postula esse recorte isomórfico de significado e significante, Lacan nos mostra que não há isomorfismo, só deslizar da cadeia significante.

Essa hierarquização do significante em relação ao significado promove já uma subversão do algoritmo saussuriano. No lugar de significado sobre significante, Lacan propõe significante sobre significado. O que em Saussure era união indissociável, em Lacan torna-se uma cadeia autônoma de significantes em relação aos significados. Um mesmo significante pode se ligar a diferentes significados e um mesmo significado pode se ligar a diferentes significantes. Essa inversão do algoritmo saussuriano faz funcionar a barra que separa uma cadeia da outra, criando, segundo Lacan, uma barreira resistente à significação. Ainda sobre o funcionamento autônomo da cadeia significante, Lacan argumenta:

(...) Bem se vê, com efeito, que no sentido diacrônico, com o tempo, se produzem deslizamentos e que, a cada instante o sistema em evolução das significações humanas se desloca e modifica o conteúdo dos significantes, que assumem usos diferentes [...]. Sob os mesmos significantes, há, no decorrer das idades, desses deslizamentos de significação que provam que não se pode estabelecer correspondência biunívoca entre os dois sistemas. (LACAN, 1981, p. 135, *apud* ARRIVÉ, 2001, p.100)

O princípio da linearidade não estaria, dessa maneira, a serviço do isomorfismo saussuriano. Esse isomorfismo levaria a crer que a toda imagem acústica se liga um significado, trazendo à tona a possibilidade de se isolar um signo na cadeia.

A Psicanálise desconstrói essa noção isomórfica apontando para o fato de que um significante não aponta previamente para uma significação. Sobre essa noção, Dor (1989, p.39) argumenta que a uma mesma imagem acústica articulada, dois significantes possíveis podem ligar-se, induzindo a duas significações distintas (...). Tal imagem acústica pode, assim, estar ligada a dois signos linguísticos distintos, sendo que apenas o contexto da cadeia falada permite circunscrever a significação.

Lacan desloca a ideia de algo que uniria o significante ao significado, e introduz o conceito de ponto de estofo, definindo-o como aquilo que liga o significante ao significado. O

significante não representa ou existe por representar um significado. Longe da indissolubilidade do signo, Lacan aponta para a fluidez dessa ligação na qual o “enlace parece precisamente faltar” (idem, p.39). O ponto de estofa se apresenta, então, como o mecanismo pelo qual “o significante detém o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação” (LACAN, *apud* DOR, 1989, p. 39)

Outra questão a ser considerada sobre a noção de cadeia significante é o princípio de linearidade quando se trata da enunciação. Segundo Arrivé (idem, p. 101), “colocar o princípio da linearidade é dizer que falar toma tempo: Põe-se um significante depois do outro e se recomeça”. E a significação é posterior à enunciação, ou seja, é num tempo pós-enunciativo que pode advir sentido. A fala acaba por presentificar o desenrolar temporal do significante, que se processa num eixo horizontal e linear de combinações que obedecem a leis intrínsecas à língua. É justamente esse eixo horizontal de combinações, o eixo sintagmático, o que Lacan chama de cadeia significante.

O algoritmo tal qual formulado por Lacan (significante sobre significado) se configura como pura função significante e revela uma estrutura significante que organiza a linguagem. Dessa inversão, pode-se proceder para a função significante na estrutura de linguagem.

A barra que em Saussure marca a união, em Lacan marca a separação das cadeias. Por essa razão, mais uma vez, a barra separa uma cadeia da outra promovendo uma resistência à significação. Postula-se, então, a autonomia da cadeia significante sobre o significado. Para Lacan, é preciso considerar o significante e o significado “como ordens distintas separadas por uma barreira resistente à significação”. (LACAN, 1998, p. 501)

De acordo com Lacan, a cadeia significante “fornece uma aproximação: anéis cujo colar se fecha no anel de outro colar feito de anéis” (idem, p. 505). Essa sobreposição do significante sobre o significado se justifica pela afirmação de que “somente as correlações do significante com o significado fornecem o padrão de qualquer busca da significação” (ibidem). É o funcionamento da cadeia significante que pode fazer significar, não pela estrutura do signo saussuriano, mesmo porque o significante se antecipa ao sentido, mas fazendo a significação insistir no significante e se prender a este último pelos pontos de estofa, que param o deslizar infinito da cadeia significante. É importante dizer que a parada promovida pelos pontos de estofa é momentânea e que o deslizar é propriedade constitutiva da cadeia significante. O significante pode remeter a diferentes significações, sem que haja, mesmo sincronicamente, algo que ate perpetuamente significante e significado.

Lacan nos diz que “o que essa estrutura significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar algo completamente diferente do que ela diz”. (ibid. p. 508).

Esse deslizamento de palavra em palavra é devido a uma propriedade da cadeia significante de passagem para outro elemento criando uma espécie de conexão entre os significantes. A essa propriedade, Lacan chama de metonímia.

Além do eixo da formulação, Lacan aponta para outra propriedade da cadeia significante que diz respeito ao eixo ao que pode figurar num ponto dado da cadeia, mas num sentido vertical, se tomamos o eixo enunciativo como horizontal. A isso equivale dizer que, no eixo enunciativo, a conexão entre os significantes se faz por processo metonímico. Segundo Lacan,

A centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota entre

dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia. Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora. (Lacan, 1998, p. 510)

O efeito de significação não se encontra na relação metonímica, que remete sempre para outro significante da cadeia enunciativa instaurando o lugar da falta (pois o primeiro significante da cadeia é barrado). A significação surge no entre significantes dessa relação metafórica, na qual a barra pode ser transposta para a emergência do sentido.

É, então, nesse momento de passagem, nesse entrelugar entre significantes em relação de metáfora, que se configura o lugar do sujeito, mesmo que não definitivamente, ou seja, a função sujeito emerge no espaço da representação de um significante para outro significante, fazendo advir dessa relação não só a significação, mas a própria função sujeito.

Lacan, dessa maneira, relendo Freud, refuta a categoria sujeito como lugar da razão e da onisciência, afirmando que “naquilo que penso, nunca faço senão constituir-me como objeto” (LACAN, 1998, p. 520). O eu perde seu lugar de centralidade e passa a ser determinado por algo que fala para além do que ele supõe dizer. Ele afirma que o sujeito que se supõe no controle, não passa do objeto da própria linguagem, que o antecede e o determina. É a entrada no mundo de linguagem que determina a subjetividade.

A descoberta freudiana, que destitui o homem de seu lugar de centro, cinde a categoria sujeito pelas vias do inconsciente, ou seja, o sujeito é fundado por uma estrutura inconsciente, que se estrutura como uma linguagem. Há, quando se trata de inconsciente, um suporte material que o discurso toma da linguagem. Por essa razão afirma-se que o inconsciente se estrutura como uma linguagem.

O inconsciente é o que divide o sujeito fazendo funcionar nele uma certa ambiguidade, que permite a Lacan (1998, p. 521) afirmar que “penso onde não sou, logo sou onde não penso”. Ou seja, não ser onde se pensa aponta para uma determinação outra que ultrapassa o sujeito da razão, da consciência e propõe uma determinação “onde não penso”, no inconsciente. Como inconsciente Lacan entende o “discurso do Outro” ou ainda o “aparecimento da linguagem” (Idem, p.529)

Para encerrar essa seção, é válido ressaltar que o que Freud fez com a postulação do inconsciente na determinação do sujeito foi penetrar no interior do círculo da ciência para colocar em xeque “a fronteira entre o objeto e o ser que parecia marcar seu limite” (ibid. p. 532). Passemos, então, às considerações sobre a Análise do Discurso.

4. O lugar de entremeio da Análise do Discurso

Para fundamentar, então, esse lugar de entremeio que ocupa a Análise do Discurso, enquanto disciplina que visa ao entendimento do funcionamento dos processos de significação, é preciso redimensionar o que era colocado como extralinguístico. Dessa maneira, devemos tomar o linguístico e o histórico não como dois campos distintos que, quando unidos, se mostram numa relação de complementaridade, mas como campos das ciências humanas que estabelecem uma relação constitutiva nos processos de produção de sentido. Por isso, então, falamos em deslocamentos no que se refere ao estudo e à concepção de língua(gem). Estamos falando de um

lugar teórico que se configura no entremeio de outras disciplinas, retomando alguns fundamentos e deslocando-os ao mesmo tempo, com o objetivo de entender, mais uma vez, a relação entre língua(gem), história, ideologia e sujeito.

Essa disciplina se propõe a questionar a concepção de língua como um sistema que possui um exterior no qual sujeitos ideais a põem em funcionamento. Sujeitos estes que trabalhariam em um processo comunicativo uniforme no qual sentidos seriam codificados e decodificados por emissores e receptores, como se ela (a língua) fosse um código que não possuísse história e como se ela não se constituísse juntamente com o histórico-social.

O trabalho da Análise do Discurso se situa, então, não na descrição do funcionamento interno da língua enquanto estrutura, mas na relação entre o linguístico, enquanto materialidade linguística, e o histórico, enquanto processo ininterrupto de produção de sentidos. Estabelece-se, então, um outro objeto de estudo, que não é a língua, mas o discurso, que conjuga aspectos linguísticos com aspectos histórico-ideológicos.

A proposta de Pêcheux, a partir do qual surge a Análise do Discurso, é a de articulação de três regiões do saber: o materialismo histórico, para um entendimento de como se efetivam os processos sociais e as transformações das formações sociais; a Linguística, enquanto lugar de reflexão sobre a língua e a linguagem; e a teoria do discurso, para uma compreensão histórico-processual dos sentidos. Essas três regiões são atravessadas por uma teoria da subjetividade de base psicanalítica que visa entender o sujeito que se insere nesse processo. Situando-se no entremeio das teorias supracitadas, a Análise do Discurso trabalha com seus conceitos promovendo uma reterritorialização (MARIANI, 1998, p.24) dos mesmos para a elaboração de seu quadro epistemológico.

Nessa perspectiva de deslocamentos, vai-se trabalhar, então, numa direção que concebe que: a) a linguagem não funciona como um código que se presta à transmissão de informações entre locutores ou ainda à comunicação entre locutores ideais em situações também ideais; b) o sujeito não representa o ponto de partida do que diz sendo o ponto de partida dos sentidos, ou seja, o dizer não se inaugura no sujeito; c) a ideologia não pode ser descartada dos processos discursivos (ela é constitutiva destes); d) não há, nos processos de linguagem, a possibilidade de haver *o/um* sentido, como se a literalidade fosse o ponto de partida para o trabalho semântico.

No lugar de língua funcionando como código de transmissão de informações ou sistema de signos, a Análise do Discurso propõe que esta se configura como um lugar de inscrição do discurso, ou seja, a cadeia material na qual se inscreve o que é da ordem do discurso. Este, por sua vez, se materializa na língua, se inscreve nela determinando seu funcionamento. Dessa forma, a língua constitui um campo material que só funciona porque é afetado por algo que não é tão somente da ordem da língua, mas como cadeia material que significa porque nela se inscrevem sentidos de práticas sociais que se processam historicamente, discursivamente. Os sentidos não estariam, então, no sistema linguístico, como propôs Saussure na noção de valor e significado, mas nesse processo de produção simbólica ininterrupta, isto é, nas práticas sociais que realizam um trabalho de simbolização deslizando no tempo e no social, construindo, reconstruindo, interditando e reativando sentidos. O objeto da Análise do Discurso é, como dissemos, não a língua, mas o discurso, que aparece em Orlandi (2005) como “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”.

O discurso, por sua vez, não é entendido como mensagem, nem fala. Trabalha-se com a noção de um objeto teórico constituído por sentidos produzidos historicamente¹ nas práticas sociais. Ele configura o lugar onde se pode observar a relação entre língua (cadeia material na qual se inscrevem os sentidos) e ideologia (aquilo que dissimula o caráter opaco da linguagem). O discurso funciona como um lugar de mediação, uma vez que é nele que são produzidos sentidos.

O sujeito, por sua vez, não pode ser visto como o controlador do dizer como se os sentidos do que ele diz se inaugurassem nele. Pôr a língua em funcionamento pressupõe um processo complexo no qual sujeito e sentido se constituem mutuamente. Não há, portanto, um entendimento de sujeito como indivíduo singularizado *a priori*, o que ocorre são processos de subjetivação que se dão na esfera do discursivo.

A noção de ideologia com a qual a Análise do Discurso trabalha também é consequência de deslocamentos da noção de ideologia de Althusser, em sua releitura de Marx. Estamos falando, em Análise do Discurso, de um mecanismo imaginário que provoca o efeito do óbvio. O funcionamento ideológico se dá então num efeito de transparência da linguagem e do sentido. É a ideologia que provoca o efeito do óbvio, do evidente, e retira da linguagem seu caráter opaco, apagando a materialidade do sentido. Este, pelo mecanismo ideológico, funciona como se já estivesse desde-sempre-lá, como se não fosse fruto de um processo discursivo que o sustenta.

Sobre a questão, também nos diz Mariani :

A ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ie, natural para ele enunciar daquele lugar. (MARIANI, 1998, p.25)

Vemos, dessa forma, como há um processo de naturalização dos sentidos para o sujeito que enuncia. Esse estado perpétuo de transparência dos sentidos provoca no sujeito a ilusão de centralidade e originalidade enquanto formulador de enunciados.

Cabe, aqui, um questionamento: de onde, então, brotam os sentidos que emergem no sujeito como se fossem algo que emana dele? A resposta para essa pergunta passa por questões que incluem também a noção de historicidade e interdiscurso. Estamos falando de uma memória discursiva na qual se inscrevem todos os sentidos já produzidos; tudo o que já foi historicamente simbolizado; toda a produção simbólica das práticas sociais. O interdiscurso, então, funciona como base de fornecimento e sustentação dos sentidos que parecem brotar do sujeito. É ele que disponibiliza (ou interdita ou projeta para possíveis formulações) sentidos para o sujeito que se julga uno e fonte do que enuncia.

Não podemos deixar de salientar que a tomada de palavra pelo sujeito ganha sentido porque o que é dito se insere numa formação discursiva. Esta última se constitui como um espaço (não empírico, mas discursivo) onde os enunciados ganham sentido. A formação discursiva, como lugar da interpelação ideológica do sujeito, configura uma matriz de sentido. Falar em mudança de matriz semântica significa também mudança de formação discursiva.

¹ Aqui, não se entende história como sequência de fatos, não se trata de uma noção cronológica dos acontecimentos, mas de processos semânticos ao longo do tempo; fala-se de processo, em que o inacabado e o complexo se fazem constitutivos. “São filiações, produção de mecanismos de distribuição de sentidos”. (ORLANDI, 2003b).

É por essa concepção de sentido e sujeito que a Análise do Discurso desloca a noção de sentido único e propõe a de efeitos de sentido. Não pode haver, dessa forma, uma uniformidade semântica, uma vez que sujeitos ocupam diferentes posições, em diferentes conjunturas sócio-históricas imersas em relações de forças que promovem uma hierarquia discursiva que faz do político um fator determinante no jogo de posições-sujeito inseridas em formações discursivas imbricadas em formações ideológicas. Assim, não poderia haver a possibilidade de apreensão de um sentido unívoco e primeiro, o que temos é um jogo complexo de efeitos semânticos que se dá entre os sujeitos.

A discursividade funciona como um fio histórico ao longo do qual os processos de significação se efetuam. O mesmo e o novo estão em constante tensão para as formulações e reformulações dos sentidos. Nessa medida, a Análise do Discurso se define “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.164, *apud*, MARIANI, 1998, p.27). Os sentidos se filiam a outros, construindo redes histórico-semânticas que permitem não só a repetição, mas também a reformulação. Estamos falando de condições materiais de produção, que atualizam sentidos e dizem respeito, de forma geral, ao contexto imediato da produção simbólica, mas também às mudanças sociais operadas no nível das relações de poder e força.

Os sentidos, nesse complexo com dominante das relações de força, se dão sempre “em relação a”, como sustenta Canguilhem (1994, *apud* MARIANI, 1998). Eles se configuram porque se filiam a outros sentidos (sustentação interdiscursiva), mas não estão engessados e fadados sempre ao mesmo devido ao movimento discursivo de atualização em diferentes condições de produção.

Estamos falando, então, de uma teoria semântica que entende sentido e sujeito como resultantes (mas sempre inacabados) do processo histórico e social. Ambos imersos num jogo no qual não há relações diretas. É, então, esse processo histórico social que determina as constituições e contradições tanto do sujeito quanto do sentido. É no processo discursivo que sujeito e sentido se constituem.

Esse breve percurso pelos estudos de linguagem nos serviu para acompanhar um caminho possível dos estudos da linguagem que trazem a esse lugar teórico que ocupo, a Análise do Discurso, para pensar as categorias de sujeito, sentido e língua(gem).

ABSTRACT: This article's goal is to go through a brief approach (being aware that it could be a different path) from formal Linguistics studies to Discourse Analysis. Based on French Discourse Analysis, my purpose is to reflect upon the theoretical ways that lead to the epistemological framework of Discourse Analysis, focusing on Michel Pêcheux's categories. We thus pass through: i) the foundation of Linguistics as the language science; ii) Benveniste and his enunciation theory; iii) Lacan and his Freudian reinterpretation concerning the subjectivity. Therefore, the inset theory occupied by Discourse Analysis is achieved.

Keywords: subject; language, discourse

Referências bibliográficas

ARRIVÉ, M. *Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. Trad. Mário Laranjeira e Alain Mouzart. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

HAROCHE, C., HENRY, P., PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: *Langages*, nº 24, p.93-106, Paris, 1971.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente. In: *Escritos*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

MARIANI, B. Linguagem e história (ou discutindo a linguística e chegando à análise do discurso). In: *Caderno de Letras da UFF*, Niterói, RJ, v. 12, p. 13-23, 1997.

_____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro, Revan; Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 1998.

_____. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. In: *Revista polifonia*. Vol 12, nº 1. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006.

ORLANDI, E. (org). *A leitura e os leitores*. 2ª ed, Campinas, SP: Pontes, 2003a.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: SP: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. (org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2003b.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. In: *Revista Escritos* nº4: contextos epistemológicos da análise do discurso. Campinas, SP: LABEURB, 1999.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. (org) *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. In: *Revista Escritos*, nº 4. Campinas, SP: LABEURB, 1999.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 27ª ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

RECEBIDO EM 29/03/10 – APROVADO EM 30/06/10